

DEZ ANOS DO GT EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS DA ANPED (2002-2012): CONTRIBUIÇÕES E PERSPECTIVAS

TEN YEARS OF THE ANPED'S WG RACIAL-ETHNIC RELATIONS AND EDUCATION (2002-2012): CONTRIBUTIONS AND PROSPECTS

Amurabi Oliveira¹

RESUMO: O presente trabalho busca realizar um breve balanço da produção acadêmica do Grupo de Trabalho – GT – 21, Educação e Relações Étnico-Raciais, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, cujas atividades iniciam-se no ano de 2002 como Grupo de Estudos, passando a GT dois anos depois, inicialmente denominado Afro-Brasileiros e Educação, posteriormente Educação e Relações Étnico-Raciais, o que implicou numa ampliação do escopo das questões tratadas. Nossa intenção não se centra em realizar um exame exaustivo dos trabalhos apresentados neste espaço, mas sim, refletir sobre o processo de consolidação de tal temática no campo educacional brasileiro, analisando a relevância da mesma para a compreensão da própria sociedade brasileira, apresentando os principais temas debatidos nesse GT nos últimos dez anos.

PALAVRAS-CHAVES: relações étnico-raciais, campo educacional, pesquisa educacional.

ABSTRACT: This paper aims to conduct a brief assessment of academic production of the Working Group - WG - 21, Education and Racial-Ethnic Relations, of the National Association of Post-Graduate Studies and Research in Education - ANPED whose activities begin in 2002 as Study Group, SG passing two years later to WG, initially called Afro-Brazilians and Education, later Education and Racial-Ethnic Relations, which resulted in a broadening of the scope of the issues addressed.. Our intention is not centered in performing a thorough examination of the papers presented in this space, but rather reflect on the process of consolidation of this theme in the Brazilian educational field, analyzing the relevance of this for the understanding of Brazilian society, presenting the main topics discussed in this WG in the last ten years.

KEY WORDS: racial-ethnic relations, educational field, educational research.

A Raça e a Nação: por que esta questão é relevante para o Brasil?

Quando analisamos a constituição do Brasil, em termos sociais, políticos e culturais, percebemos marcas que nos são distintivas e que se entrelaçam. Certamente, um dos aspectos *sui generis* de nossa constituição

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil. amurabi_cs@hotmail.com

se dá a partir das questões étnico-raciais aqui formuladas, em especial, quando as analisamos a partir da relação entre brancos e não brancos² no país.

Como nos aponta Schwarcz (1993), o Brasil se colocou ante a um dilema com a abolição da escravidão, pois, uma vez que, no âmbito intelectual brasileiro que se formava no final do século XIX a questão racial passa a ser compreendida como fundamental para o próprio destino da nação, cujo debate se assenta, inicialmente, em teorias europeias ligadas ao positivismo e ao evolucionismo, difundidas aqui principalmente pelas faculdades de direito e de medicina, ainda que tenha havido uma adaptação de tais teorias (VILLAS BÔAS, 2006). Esta relação entre raça e nação assume uma grande visibilidade nesse momento, podemos mesmo chamar a atenção para a íntima relação entre racismo e nacionalismo, ainda que não seja uma relação automática.

A partir da segunda metade do século 19, as nações modernas (e isso é parte dos que as tornou modernas) passaram a ser concebidas cada vez mais como raças, ou como surgidas a partir de raças. Num ambiente intelectual como esse, a articulação de visões de nações fixadas em torno de raças contribui enormemente para a racialização de grupos minoritários, como os judeus e ciganos na Europa e os negros e indígenas no continente americano.

No entanto, simultaneidade ou paralelismo entre distintos processos históricos não são suficientes para estabelecer o nacionalismo como causa do racismo. Se causalidade não é a relação que os une, racismo e nacionalismo podem, no entanto ser identificados como parceiros em uma relação perene, sendo invocados e articulados em momentos decisivos e críticos das histórias nacionais específicas (NASCIMENTO; TOMAZ, 2008, p. 198-199).

No Brasil, na passagem do século XIX para o XX, durante a chamada Primeira República, Dantas (2009) nos chama a atenção para a diversidade de interpretações acerca do papel dos afrodescendentes na formação da

² Utilizamos-nos da categoria “não brancos” por compreendê-la como mais ampla, abarcando não apenas negros, como indígenas, pardos etc., reconhecendo, desse modo, o processo de construção de um padrão racial eurocêntrico que se coloca como hegemônico no processo colonial com relação aos demais.

nação, o que poderia ser percebido, por exemplo, por meio da ambígua recepção da obra de Gilberto Freyre *Casa Grande & Senzala*, no início dos anos de 1930.

Para Motta (2000), durante o século XX no Brasil distinguem-se três grandes paradigmas da interpretação racial no país, o primeiro seria o “paradigma da morenidade”, associado à obra de Gilberto Freyre, o segundo ligado a Florestan Fernandes, destacaria o caráter residual do preconceito de raça e da desigualdade no Brasil, e o terceiro, ligado a Carlos Hasenbalg, defenderia que a discriminação racial seria fruto unicamente das desigualdades no plano econômico entre brancos e não brancos. Parece-nos, particularmente, que a posição apresentada por Freyre apresentou uma formulação idiossincrática amplamente interpretada de formas bastantes distintas, como podemos perceber em Lehmann (2008). Por outro lado, Guimarães (1999), ao analisar a “escola paulista” nos chama atenção para o fato de que:

O que Florestan fez, melhor que todos, foi vocalizar, para as ciências sociais no Brasil, a nova problemática das relações raciais. Ou seja, o que antes era visto como uma possível solução, ao nível internacional, para o problema racial tal como vivenciado em outros países, principalmente nos Estados Unidos e na África do Sul, passou a ser visto como um problema para os negros e para a democracia no Brasil (p. 91).

Percebemos, desse modo, que apesar de haver interpretações bastante plurais, acerca das relações raciais no Brasil, elas convergem para a compreensão de que tais relações são fundamentais para se pensar o país, na medida em que são constitutivas do que nós somos.

Os paradigmas interpretativos do Brasil, em especial a partir dos anos de 1920, colocam a questão racial como central (BASTOS, 2006), o que será retomado com mais ou menos força em momentos posteriores, não desaparecendo em nenhum tempo do debate intelectual brasileiro, muito pelo contrário, todavia, é válido ressaltar que os diversos cenários políticos possibilitam a visibilidade ou invisibilidade desta discussão. Como nos apontam Silvério *et al* (2010), este debate intelectual, em torno da dinâmica racial no Brasil, é tido como encerrado pelo golpe militar de 1964, que passa a adotar uma ideologia oficial, que apontara para uma narrativa onírica em torno das relações raciais no Brasil, apresentando o país como uma nação não racista, o que implica em uma falácia na perspectiva dos autores.

Com o processo de redemocratização o debate e reacendido, culminando com a implementação das ações afirmativas em diversas universidades públicas brasileiras, e com as modificações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, incluindo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas redes de ensino oficial e particular e Estatuto da Igualdade Racial. Para os autores o entendimento da temática racial no Brasil complexificou-se, o que se atrela, também (se não principalmente) ao próprio Movimento Negro, que se tornou um dos principais atores políticos da contemporaneidade na sociedade brasileira, politizando o conceito de raça (GOMES, 2012).

É em meio a este cenário de mudanças que o debate acerca das relações étnico-raciais ganha visibilidade no Brasil, pois, havia uma convergência de duas temáticas compreendidas como importantes para a consolidação da democracia brasileira: a questão racial e a educacional. Como nos aponta Weber (2000, p. 139):

Enquanto se aprofundava no Brasil a luta em favor da democracia, que conduziu à reconquista das eleições diretas para governadores em 1982, e anos mais adiante para a Presidência da República, ampliava-se o conhecimento a respeito da situação educacional do país (principalmente como resultado da consolidação da atividade de pesquisa nos programas de pós-graduação), generalizava-se o reconhecimento da educação formal como necessidade social (cerne do discurso educacional desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932), sedimentava-se a concepção de escola como instância de formação e de exercício de cidadania (reivindicação histórica dos diferentes segmentos sociais), desenvolvia-se a perspectiva da docência como profissão, com a marca das lutas desenvolvidas pelas entidades organizadas ligadas ao setor educacional.

Sendo assim, na medida em que a educação é compreendida como chave fundamental para o avanço da democracia brasileira, e sendo um dos seus principais impasses as desigualdades entre brancos e não brancos na sociedade brasileira, podemos afirmar que o debate em torno das relações étnico-raciais no espaço escolar não diz respeito apenas aos não brancos, mas sim, a toda a sociedade brasileira, pois, neste sentido, convergimos

com as preocupações dos intelectuais da primeira metade do século XX, por compreendermos que a análise das relações raciais no Brasil constituem um espaço privilegiado, e fundamental, para se compreender o país.

Também é importante ressaltar a compreensão que se passa a ter no campo intelectual brasileiro, em especial a partir dos anos de 1970 com a ampla recepção das teorias da reprodução no campo educacional, de que a escola é um importante mecanismo de produção e reprodução das desigualdades sociais, de modo que, também as questões étnico-raciais encontrariam eco no espaço escolar. Ainda que haja uma ampla literatura consolidada no campo da Sociologia da Educação sobre a relação entre a escola e a produção das desigualdades, tangenciando principalmente a questão do acesso e permanência no sistema escolar³. há de se reconhecer a especificidade do caso brasileiro considerando a íntima relação entre educação, desigualdades e a dimensão étnico-racial, uma vez que mesmo ante a um cenário de ampliação do acesso à educação básica nos últimos anos, os processos de exclusão perduram atrelados diretamente ao caráter racista de nossa sociedade (LOPES, 2005).

Dentro dos limites deste breve trabalho, buscaremos analisar de forma panorâmica como a questão étnico-racial no âmbito da educação tem sido debatida dentro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, o que tem sido posto de forma mais sistemática com a criação do Grupo de Trabalho – GT 21 *Educação e Relações Étnico-Raciais*; tomaremos como referência para tanto, a análise dos trabalhos apresentados durante a primeira década de funcionamento do GT.

Percursos do GT 21 na ANPED

A criação da ANPED, em 1976, buscou consolidar a produção científica nacional na área de Educação, se dando justamente no momento de expansão da pós-graduação brasileira, que, como nos chama a atenção Sousa e Bianchetti (2007), nasce vinculada ao próprio Estado, pois uma das estratégias da CAPES para a consolidação da pós-graduação no país foi a criação de associações científicas nacionais por área de conhecimento. Antes da realização da primeira reunião, em 1978 na cidade de Fortaleza,

³ Para uma melhor análise desse conjunto de autores vide a síntese realizada por Forquin (1995), que destaca desde aqueles vinculados às teorias da reprodução como Bourdieu e Passeron, Althusser, Baudelot e Establet etc., passando pela chamada Nova Sociologia da Educação, até os desdobramentos mais recentes que visam compreender o lugar da educação no processo de produção e reprodução das desigualdades sociais.

ocorreram reuniões que se voltaram para o debate em torno da formulação da mesma, com destaque para as realizadas no Instituto de Estudos Avançados em Educação, da Fundação Getúlio Vargas (IESAE-FGV), no Rio de Janeiro, em 1976, e na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, em 1978, quando foram discutidos e aprovados os estatutos da associação.

Sua estrutura organizada a partir de Grupos de Trabalho possibilita a convergência de pesquisadores por áreas temáticas, fomentando o debate em nível nacional dentro de uma especialidade do saber no campo da educação. Notoriamente alguns Grupos por serem bastante amplos abarcam uma série de temáticas bastante abrangentes, cujos debates perpassam formação de professores, estudos sobre o cotidiano escolar, políticas educacionais, livros e práticas de leitura etc. Gatti (2005) tem apontado para uma autonomia cada vez maior por parte dos Grupos de Trabalho da ANPED, o que pode ser demonstrado por meio da organização de estágios e *workshops* pelos mesmos, o que segue uma tendência mais geral dentro do campo acadêmico brasileiro, também reforçado pela proliferação de eventos e publicações específicas.

Em meio aos debates travados nos diversos GTs da ANPED, Siss e Oliveira (2007) apontam para o fato de que a temática referente às relações étnico-raciais no âmbito da educação vinha sendo abrigada em vários destes grupos, ainda que não tenha sido prioridade junto aos mesmos, de tal modo que os autores apontam para a precariedade deste abrigo, poderíamos mesmo vislumbrar uma certa marginalidade desta discussão no seio da ANPED, o que contrasta profundamente com a relevância que a mesma ocupa na realidade educacional. Apenas durante a 24ª Reunião da ANPED é que foi criado do Grupo de Estudos Relações Raciais/Étnicas e Educação, em 2001, cujas atividades começaram a se desenvolver durante a reunião seguinte.

Podemos apontar que, a criação deste GT atendeu a uma demanda que emergia pela convergência de uma série de pesquisas, que vinham sendo desenvolvidas na área educacional, desenvolvidas não apenas junto a Programas de Pós-Graduação em Educação. Ainda segundo Siss e Oliveira (2007), a partir da segunda metade dos anos 80 do século passado quatro grandes campos de pesquisa nesta área estavam bem delimitados: os dos “Diagnósticos”, o dos “Materiais Didáticos”, o da “Formação de Identidades” e o dos “Estereótipos”.

A formulação destes grandes campos de pesquisas possibilita a criação de espaços de diálogos entre diversos pesquisadores, cujos trabalhos

convergem em torno da questão das relações étnico-raciais na educação, em especial no espaço escolar. Pela própria amplitude desses campos de pesquisa podemos verificar sua formulação em meio a um contínuo diálogo com outras áreas do saber, como as Ciências Sociais, a História e Literatura, sendo essa uma das marcas dessa produção acadêmica.

Acrescentaríamos ao conjunto das questões postas, que se encontram ao fundo do cenário político e acadêmico no qual se gere a criação do GT 21, as atividades do Movimento Negro, em especial nos anos de 1990, e seu desdobramento por meio do reconhecimento de diversas políticas públicas no início dos anos 2000, destacaríamos três ações do Estado de reconhecimento destas questões: a) da lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, seguida pela lei 11.645/08, que inclui a questão indígena; b) a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, em 2004, que apresentaria como intuito, a articulação, dentre outras questões, o tema da diversidade nas políticas educacionais; c) e por fim, talvez a questão mais polêmica, as ações afirmativas. Nesse sentido é importante considerar que: “O processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo” (HÖFLING, 2001, p. 38).

Não podemos analisar, portanto, o desenvolvimento do debate intelectual em torno das questões étnico-raciais sem vislumbrar o cenário político no qual este se insere, pois, os avanços e retrocessos nesta discussão liga-se de modo visceral aos embates políticos travados nesse campo, bem como a compreensão da relevância desta questão para a sociedade brasileira como um todo.

Especialmente no que tange a questão das ações afirmativas, estas têm sido alvo de diversas avaliações (ARAÚJO, 2001; BARROZO, 2004; MAGGIE, 2005a, 2005b; PAUTASSI, 2007; PIOVESAN, 2008; SANTOS *et al*, 2008; LEITE, 2011), muito vezes bastante contraditórias entre si, chamando a atenção para a questão para além do universo acadêmico.

Interessa-nos demonstrar aqui que, para além de termos um cenário na ANPED em que diversos trabalhos sobre a temática das relações étnico-raciais encontravam-se dispersos por vários GTs, o debate em torno da mesma encontra-se em consonância com as mudanças políticas, sociais e culturais pelas quais a sociedade brasileira tem passado nas últimas décadas, em especial a partir dos anos de 1980 com o processo de

redemocratização, ganhando impulso nos anos 2000.

Do mesmo modo que para os intelectuais dos anos de 1920, compreender as relações raciais mostra-se fundamental para compreender o Brasil, em nossa interpretação, a criação do GT 21 na ANPED aponta – em conjunto com uma série de outros fatores de ordem acadêmica e não acadêmica – para a centralidade desse debate para a compreensão do país ainda no século XXI, ocupando a educação, nesta seara, um papel fundamental para a análise do país que somos e do país que almejamos ser.

A Produção do GT 21: uma década de debate

Como já apontamos, o GT Educação e Relações Étnico-Raciais origina-se inicialmente como um Grupo de Estudo – GE, cujas atividades ocorrem durante a 25ª e a 26ª Reunião Anual da ANPED. Na reunião de 2002, no primeiro de atuação do GE foram apresentados 8 trabalhos, Siss e Oliveira (2007) apontam para o fato de que, outros trabalhos relacionados com a temática foram apresentados em outros GTs (06, 12, e 14) ainda nesta edição. Na reunião do ano seguinte, nove trabalhos foram apresentados no GT 21, e mais cinco relacionados à temática em outros GTs, dois no GT 02, e 3 no GT 12.

Focaremos nossa análise nos trabalhos apresentados a partir da 27ª Reunião Anual da ANPED⁴, quando o Grupo de Estudos transforma-se efetivamente em um Grupo de Trabalho, demonstrando o processo de consolidação do debate em torno da temática. É válido destacar que o referido GT denomina-se, inicialmente, *Afro-brasileiros e Educação*, nome que é mantido até a 31ª reunião, a partir da seguinte, no ano de 2009, o grupo passa a se chamar Educação e Relações Étnico-Raciais, o que indica uma ampliação do escopo das questões por ele abrigadas.

Chama-nos atenção, inicialmente, a evolução do número total de trabalhos apresentados, que podem se apresentar de três formas: como trabalhos encomendados⁵, apresentação de trabalhos, sessões de pôsteres (Quadro 01). Também o GT passa a contar com a realização de minicursos,

⁴ É importante destacar que tomamos como referência os trabalhos apresentados tendo em vista que são mais significativos em termos numéricos, e, portanto, podem demonstrar com mais clareza o cenário nacional que é transparecido no GT, ainda que com essa opção metodológica assumamos o risco de não apreender o GT em sua totalidade.

⁵ Os trabalhos encomendados apresentam uma natureza diferenciada com relação aos demais, uma vez que tratam de trabalhos realizados a pedido da coordenação do GT, normalmente são realizados por pesquisadores de notório reconhecimento na área específica de atuação, desenvolvendo uma temática direcionada pelos coordenadores. Devido a tanto, concentraremos nossa análise nas apresentações orais, que transparecem a demanda “espontânea” dos pesquisadores Brasil afora, sendo reflexões mais maduras que as apresentadas em pôsteres.

os quais não serão analisados aqui neste trabalho.

Quadro 01- Número total de trabalhos

Ano	Trabalhos Encomendados	Apresentação de Trabalhos	Pôsteres	Total por ano
2004	1	8	6	15
2005	1	13	9	23
2006	1	11	5	17
2007	-	6	-	6
2008	-	11	-	11
2009	-	9	-	9
2010	2	13	7	22
2011	1	14	6	21
2012	-	22	-	22
Total	6	107	33	146

Fonte: <http://www.anped.org.br/>

Percebe-se uma tendência similar a outros GTs da ANPED, que diz respeito a uma concentração na apresentação de trabalhos, como podemos visualizar nos balanços realizados de outros Grupos (CATANI, FARIA FILHO, 2002; COSTA, SILVA, 2003; MIGUEL, 2008; FERREIRA, BUENO, 2011; GARCIA, MICHELS, 2011), indicando a centralidade desse tipo de trabalho no processo de articulação, sistematização e difusão das pesquisas, o que faz com que em termos metodológicos tenhamos optado pela análise exclusiva desse material para compreender a dinâmica da produção do GT.

No que tange a estes indicadores iniciais percebe-se não só uma tendência de estabilidade, em termos de números de trabalhos apresentados, mas também uma ampliação deste número nas últimas edições, totalizando mais de vinte trabalhos por reunião desde a edição de 2010, o que transparece a existência de uma comunidade de pesquisadores na área no Brasil, ainda que incipiente.

O processo de consolidação deste grupo articula-se com a atuação dos pesquisadores congregados nele, nos mais diversos espaços acadêmicos e políticos, como: os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABS), o Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (CONNEAB), a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), o Conselho Nacional de Educação (CNE), a Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros (CADARA), a Conferência Nacional de Educação (CONAE), o que lhe imprime uma marca

particular se compararmos a outros Grupos.

Também devemos destacar que as diversas ações normativas por parte do Estado – em especial por meio da lei nº 10.639/03 e as ações afirmativas, como já apontamos – têm estimulado uma grande produção em nível de pós-graduação envolvendo tais temas, não à toa, segundo o banco de teses da CAPES, 440 trabalhos já foram desenvolvidos em nível de pós-graduação envolvendo a questão das ações afirmativas desde 1987 até o momento⁶. Este vulto de produção, desenvolvido na pós-graduação, se reverbera em trabalhos apresentados em diversos eventos, dentre eles as Reuniões Anuais da ANPED.

Ainda que o vínculo institucional dos autores, que apresentam os trabalhos, seja predominantemente ligado às Faculdades de Educação, encontramos outros pesquisadores ligados a departamentos de ciências sociais, história, letras, dentre outras áreas das ciências humanas de modo geral, o que indica uma pluralidade em termos teóricos e metodológicos de abordagem dos problemas de pesquisa. São trabalhos que majoritariamente se apresentam como apoiados em metodologias qualitativas, ainda que em sua maioria esta não esteja detalhada de forma suficiente, por vezes não é nem ao menos explicitada, apontando para uma certa fragilidades metodológicas dos referidos trabalhos.

No que tange às temáticas (Quadro 02) – consideraremos aqui apenas os trabalhos apresentados, excluindo os posteres e os trabalhos encomendados, estes por sua natureza singular, e aqueles por serem trabalhos, em geral, com resultados preliminares, encontrando-se em outro momento de maturação acadêmica – ainda que estejamos nos referindo aqui a uma gama bastante ampla podemos agrupar em alguns eixos principais⁷:

⁶ Consulta realizada em julho de 2013.

⁷ Buscamos agrupar os diversos trabalhos dentro de temáticas mais amplas que se mostrassem predominantes na discussão apresentada.

Quadro 02 - Temas explorados

Ano	Juventude	Políticas Educacionais	Identidade	Ensino Superior	Relações Raciais/ Representações	Formação de Professores Práticas docentes
2004	3	1	1	1	1	1
2005	-	5	1	2	3	2
2006	2	1	2	1	4	1
2007	1	-	-	-	3	2
2008	3	2	2	-	4	-
2009	-	1	3	-	1	4
2010	2	-	2	3	5	1
2011	2	-	1	-	8	3
2012	1	4	1	2	10	4
Total	14	14	13	9	39	18

Fonte: Próprio autor

Buscamos, em nossa classificação, englobar os trabalhos em seis grandes grupos, obviamente qualquer classificação apresenta algum grau de arbitrariedade, pois, sempre há trabalhos que se estabelecem na interface entre duas ou mais temáticas, porém almejamos aqui pensar os grandes eixos norteadores das discussões dentro das temáticas desenvolvidas.

No primeiro grupo, a temática juventude é trazida por meio de uma ampliação do campo semântico da educação, englobando tanto práticas em espaços escolares, como não escolares, o que nos remete, ainda que indiretamente, à sociologia da juventude formulada por Foracchi, bastante esquecida no campo de pesquisas brasileiras, como nos aponta Augusto (2005). No campo escolar destacam-se as relações estabelecidas entre os jovens no Ensino Médio, bem como as trajetórias escolares de jovens negros no ensino superior.

Com relação às políticas educacionais destacam-se as ações afirmativas, por um lado, e, por outro, a implantação da lei nº 10.639/03, apresentando-se ambas como desafios para a realidade educacional brasileira. Nestes trabalhos são representadas diversas questões, com destaque para a ambivalência e pluralidade de opiniões em torno das chamadas “cotas”, apresentando, via de regra, conclusões favoráveis às mesmas em termos políticos e acadêmicos.

No que diz respeito às temáticas que perpassam a dimensão das identidades, encontramos trabalhos bastante distintos entre si, mas que destacam, em sua maioria, o impacto de práticas educativas diversas sobre

a identidades dos sujeitos, mas também inclui trabalhos que tratam da realidade não escolar. Destaca-se nesta seara de trabalho muitos que tangenciam a questão da educação quilombola, que tem sido objeto de reflexão cada vez mais sistemática por parte dos pesquisadores, que têm si utilizado amplamente de um acervo teórico proveniente, principalmente, da antropologia, mais uma vez cabe aqui relacionarmos os interesses de pesquisa com as políticas de Estado, pois, o crescente interesse por parte dos pesquisadores na temática da educação quilombola relaciona-se com a própria atuação da Fundação Cultural Palmares⁸, em especial com a promulgação do decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

No que se refere ao ensino superior, tanto se destacam os trabalhos que dizem respeito a relação que os professores deste nível de ensino estabelecem com os alunos cotistas, como também dizem respeito à dinâmica que as ações afirmativas apresentam nesta realidade.

No campo das relações raciais e representações das mesmas, ganham relevo algumas temáticas: primeiramente um campo de pesquisa já tradicional, por assim dizer, que diz respeito às representações dos negros em livros tanto aqueles de literatura, em especial literatura infantil, como livros didáticos de disciplinas específicas do currículo da educação básica; por outro lado, também são numerosos os trabalhos que tratam das dinâmicas de socialização, representação de alunos negros por parte de outros alunos, e, tocando todas estas questões, o racismo de fato, e como ele se apresenta de múltiplas formas no espaço escolar. Vale a pena chamar a atenção aqui para o fato de que, com a mudança de denominação do GT, de Afro-brasileiros e Educação, para Educação e Relações Étnico-Raciais, houve uma ampliação das temáticas aqui tratadas, com destaque para a questão da educação escolar indígena (quatro trabalhos), mas não só, pois, encontramos também um trabalho referente aos *dekasseguis*⁹.

Por fim, o campo da formação de professores, que se apresenta como um campo privilegiado de pesquisa na área educacional como um

⁸ Foi instituída pela Lei Federal nº 7.668, de 22 de agosto de 1988 e encontra-se vinculada ao Ministério da Cultura, que vincula sua finalidade à promoção da preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira.

⁹ É um termo japonês que refere-se aqueles que deixam sua terra natal temporariamente ara trabalhar em outra região, ou país, é um termo bastante utilizado para se referir aos nipo-brasileiros, inclusive aqueles nipodescentes que emigraram para o Japão.

todo, destaca os desafios para a prática docente de lidar com as relações étnico-raciais, mas também dando espaço para a discussão, a partir de pesquisas empíricas, para a análise de práticas pedagógicas inovadoras por parte de docentes para a discussão da identidade afro-brasileira, principalmente.

O que podemos perceber neste breve balanço é que a temática em torno das relações étnico-raciais na educação tem ampliado seu repertório, contando cada vez mais com um corpo ativo de pesquisadores. Todavia, deve-se ressaltar que chama a atenção o fato de que as conclusões das pesquisas divulgadas no GT 21 da ANPED tendem a uma convergência significativa em suas conclusões, o que pode ser objeto de reflexão mais apurada por outros pesquisadores, não parece haver um espaço amplo para a divergência intelectual, em especial no que tange aos posicionamentos políticos que estão atrelados tais pesquisas.

Esta sucinta apresentação das principais temáticas exploradas no GT 21 busca apenas apontar para a pluralidade de perspectivas exploradas, que em sua enorme maioria partem de pesquisas empíricas, concluídas ou em desenvolvimento, poucos se dedicam a realizar ensaios meramente teóricos, como também são poucos que apresentam como fonte principal dados secundários. Não se trata aqui de realizar uma análise exaustiva, mas sim apontar para o processo de consolidação de tal debate junto à ANPED, o que se mostra fundamental para o processo de legitimação do debate no campo acadêmico educacional, considerando o próprio protagonismo que a ANPED apresenta neste, conforme nos indicam Sousa e Bicanchetti (2007).

O GT 21 em verdade funciona como uma vitrine do debate acadêmico acerca das relações étnico-raciais no campo da Educação, de modo que, realizar um balanço de sua produção é em certa medida também realizar um balanço da produção nacional, ainda que se possa tecer uma crítica que se estende aos demais GTs da ANPED, que diz respeito à alta concentração de pesquisadores do Sul e Sudeste em detrimento das demais regiões do país, o que pode ser explicado tanto considerando o simples fato destas serem as regiões com o maior número de Programas de Pós-Graduação, com também pela proximidade geográfica com relação aos locais onde tem ocorrido as Reuniões anuais da ANPED, que viabiliza a participação de pesquisadores do centro-sul, ou ainda considerando as próprias relações de poder que se estabelecem no campo acadêmico.

O movimento observado ao longo dessa década indica um processo

de consolidação em curso desse campo de pesquisa, com a ampliação paulatina de pesquisadores e de temáticas abordadas, e o reconhecimento que a “raça”, enquanto produto histórico e social é um elemento importante para compreendermos as desigualdades e preconceitos atuais (FRY, 2005). Chama a atenção o fato de que, devido às características que lhes são próprias, o que é abordado no GT ultrapassa em muito o campo da Educação, pois os dilemas postos pelas relações étnico-raciais no Brasil perpassa os diversos campos sociais, não envolvendo apenas os espaços educacionais. A certeza que temos ao examinarmos a produção desse GT é que esta é uma questão central para compreendermos o Brasil, em suas diversas esferas.

Palavras finais

Nossa intenção, neste breve ensaio, não foi, em absoluto, exaurir o tema, tampouco realizar um exame detalhado dos trabalhos do GT 21 da ANPED, antes de tudo, nossa preocupação está centrada na análise do processo de consolidação e institucionalização deste campo de pesquisa apontando para as principais questões debatidas nessa última década.

Acreditamos que, ao afirmar a relevância do debate das relações étnico-raciais na esfera educacional, reforçarmos também o quão central é para se pensar o Brasil tais questões. No espaço escolar os diversos dilemas presentes em nossa sociedade são apresentados, com possibilidade de serem aprofundados ou questionados, e é por isso que o debate em torno da formação docente mostra-se como desafiador, pois o fazer pedagógico se coloca ante a tais possibilidades e tensões.

Por fim, cabe-nos frisar duas questões fundamentais para a compreensão da configuração do GT: por um lado, a ampliação semântica do campo educacional realizado neste espaço, envolvendo tanto espaços escolares como não escolares, e mesmo práticas, que em princípio teríamos dificuldades em relacionar com a educação, contudo, tal ampliação nos possibilita pensar a complexa teia de relações, que escamoteiam a sociedade brasileira, e adentram o espaço escolar, neste sentido, os trabalhos deste GT nos auxiliam a compreender que as questões e conflitos envolvendo as relações étnico-raciais e a educação vão muito além do espaço escolar; por outro lado, é pertinente chamar a atenção mais uma vez para o fato de que a agenda de pesquisa, não apenas no campo educacional, tampouco no campo das relações étnico-raciais e educação, é norteadada por inúmeros fatores, com destaque para as direções apontadas pelo Estado,

ainda que as mesmas sejam forjadas no cômputo das disputas desenroladas na própria sociedade civil, como podemos perceber na relação existente entre as ações do Movimento Negro e as ações afirmativas, contudo, todavia, seria negligente eclipsar a centralidade que as ações normativas do Estado no direcionamento de uma agenda de pesquisas neste campo.

Referências

ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. *Revista Estudos Feministas* v. 9, n.1, p.231-252. 2001.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Retomada de um legado: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. *Tempo social*. v.17, n.2, p.11-33. 2005.

BARROZO, Paulo Daflon. A idéia de igualdade as ações afirmativas. *Lua Nova*. s/v, n. 63, p.103-141. 2004.

BASTOS, Elide Rugai. *As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Global, 2006.

CATANI, Denice Barbara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPEd (1985-2000). *Revista Brasileira de Educação*. s/v, n. 19, p.113-128. 2002.

COSTA, Marcio da; SILVA, Graziella Moraes Dias da. Amor e desprezo: o velho caso entre sociologia e educação no âmbito do GT-14. *Revista Brasileira de Educação*. s/v, n.22, p.101-120. 2003.

DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil café com leite: debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na primeira república. *Tempo*. v. 13, n. 26, p.56-79. 2009.

FERRARO, Alceu Ravanello. A ANPEd, a pós-graduação, a pesquisa e a veiculação da produção intelectual na área da educação. *Revista Brasileira de Educação*. s/v, n. 30, p.47-69. 2005.

FERREIRA, Júlio Romero; BUENO, José Geraldo Silveira. Os 20 anos do GT educação especial: gênese, trajetória e consolidação. *Revista Brasileira de*

Educação Especial. v. 17, n. spe1, p.143-170. 2011.

FORQUIN, Jean-Claude. Sociologia das desigualdades de acesso à educação. In: _____ (Org.). *Sociologia da Educação: dez anos de pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 19-78.

FRY, Peter. *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GATTI, Bernardete A. Formação de grupos e redes de intercâmbio em pesquisa educacional: dialogia e qualidade. *Revista Brasileira de Educação*. s/v, no.30, p.124-132. 2005.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 - educação especial da ANPED. *Revista Brasileira de Educação Especial*. v.17, no. spe1, p.105-124. 2011.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 120 p. 727-744, 2012.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Baianos e paulistas: duas “escolas” de relações raciais?. *Tempo social*. v. 11, n. 1, p.75-95. Maio 1999.

_____. Preconceito de cor e racismo no Brasil. *Revista de Antropologia*. v. 47, n. 1, p.9-43. 2004.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos do CEDES*, v. 21, n. 20, p. 30-41, 2001.

LEHMANN, David. Gilberto Freyre: a reavaliação prossegue. *Horizontes antropológicos*. v. 14, n. 29, p.369-385. 2008.

LEITE, Janete Luzia. Política de cotas no Brasil: política social?. *Rev. Katálysis*. v.14, n.1, p.23-31. Jun 2011.

LOPES, Vera Neusa. Racismo, preconceito e discriminação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o Racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 185-204.

MAGGIE, Yvonne. Mário de Andrade ainda vive? O ideário modernista em questão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 20, n. 58, p.5-25. 2005a.

_____. Políticas de cotas e o vestibular da UnB ou a marca que cria sociedades divididas. *Horizontes antropológicos*, v. 11, n.23, p.286-291. 2005b.

MIGUEL, Antonio. Áreas e subáreas do conhecimento, vínculos epistemológicos: o GT de Educação Matemática da ANPED. *Revista Brasileira de Educação*. v. 13, n. 38, p.387-396. 2008.

MOTTA, Roberto. Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil. *Estudos afro-asiáticos*, s/v, n. 38, p.113-133. 2000.

NASCIMENTO, Sebastião; TOMAZ, Omar Ribeiro. Raça e nação. In: SANSONE, Livio, PINHO, Osmundo Araújo (Org.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008. p. 193-236.

PAUTASSI, Laura C. Há igualdade na desigualdade? Abrangência e limites das ações afirmativas. *Sur, Revista internacional de direitos human*. v. 4, n.6, p.70-93. 2007.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 3, p.887-896. 2008.

SANTOS, Sales Augusto dos *et al.* Ações afirmativas: polêmicas e possibilidades sobre igualdade racial e o papel do estado. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 3, p.913-929. 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVÉRIO, Valter Roberto *et al.* Relações Étnico-Raciais. In: MISKOLCI, Richard (Org.) *Marcas da Diferença no Ensino Escolar*. São Carlos: EdUFSCar, 2010. p. 113-155.

SISS, Ahyas; OLIVEIRA Iolanda de. Trinta Anos de ANPED. As Pesquisas sobre a Educação dos Afro-brasileiro e o GT 21: Marcas de uma trajetória. In: *30ª Reunião Anual da ANPEd*, 2007, Caxambu. GT 21 - Trabalhos

Encomendados, 2007.

SOUSA, Sandra Zákia; BIANCHETTI, Lucídio. Pós-graduação e pesquisa em educação no Brasil: o protagonismo da ANPEd. *Revista Brasileira de Educação*. v. 12, n. 36, p.389-409. 2007.

VILLAS BÔAS, Glaucia. *Mudança provocada: Passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

WEBER, Silke. Como e onde formar professores: espaços em confronto. *Educação & Sociedade*. v. 21, n. 70, p.129-155. 2000.

Data de recebimento: 05.04.2014

Data de aceite: 19.06.2014